

EXTRAPOLANDO A METAPSICOLOGIA DE FREUD

a recepção da psicanálise na teoria crítica em
Eros e Civilização de Herbert Marcuse

EXTRAPOLATING FREUD'S METAPSYCHOLOGY

the reception of psychoanalysis in critical theory in
Herbert Marcuse's *Eros and Civilization*

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v12i2.55167>

Rafael Sousa Siqueira*
Universidade de Brasília

<http://lattes.cnpq.br/2536963325563695>

<https://orcid.org/0000-0002-9901-6090>

siqueirarafasousa@gmail.com

* Possui Bacharelado (2013), Licenciatura (2013), Mestrado (2015) e Doutorado (2023) em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB). É professor EBTT efetivo de Filosofia do Instituto Federal de Brasília (IFB) desde 2014. Possui experiência de ensino e pesquisa em Filosofia, com ênfase em História da Filosofia, Filosofia Política, Epistemologia das Ciências Humanas, Dialética e Teoria Crítica.

RESUMO

Este estudo pretende discutir a recepção da psicanálise freudiana pelo marxismo e pela teoria crítica. Para isso, partimos de uma breve exposição da última versão da metapsicologia freudiana em *O Eu e o Id* e seu diagnóstico da cultura em *O Mal-Estar na Civilização*. Num segundo momento, procedemos a um comentário interpretativo de *Eros e Civilização* de Herbert Marcuse. Em nosso percurso, discutimos especialmente o sentido filosófico dos conceitos de “Mais-repressão” e “Princípio de Desempenho”, formulados por Marcuse com o intuito de possibilitar uma reinterpretação crítica do Mal-estar moderno. Ao extrapolar a conceituação freudiana no sentido de uma historicização de matiz marxista dos conceitos da psicanálise, Marcuse formula uma nova teoria da transformação social e consolida a perspectiva de aproximação crítica entre o marxismo e a psicanálise.

Palavras-chave: Freud. Psicanálise. Marxismo. Marcuse. Teoria Crítica.

ABSTRACT

The present study intends to discuss the reception of Freudian psychoanalysis by Marxism and critical theory. To this end, we start with a brief exposition of the latest version of Freudian metapsychology in *The Ego and the Id* and his diagnosis of culture in *Civilization and its Discontents*. In a second moment, we proceed with an interpretative commentary on *Eros and Civilization* by Herbert Marcuse. In our journey, we will seek to discuss especially the philosophical meaning of the concepts of “More-Repression” and “Principle of Performance”, formulated by Marcuse with the aim of enabling a critical reinterpretation of modern Malaise. By extrapolating the Freudian conceptualization towards a Marxist historicization of the concepts of psychoanalysis, Marcuse formulates a new theory of social transformation and consolidates the perspective of critical approach between Marxism and psychoanalysis.

Keywords: Freud. Psychoanalysis. Marxism. Marcuse. Critical Theory.

Introdução

O caráter não histórico dos conceitos freudianos contém, pois, o seu oposto: sua substância histórica deve ser retomada, não somando-se-lhe alguns fatores sociológicos (como fazem as escolas “culturais” neofreudianas), mas revelando o seu próprio conteúdo. Neste sentido, o nosso exame subsequente constitui uma “extrapolação” que deriva das noções e proposições da teoria de Freud (Marcuse, Eros e Civilização, 1955).

Eros e Civilização, publicado em 1955, representa os esforços de maior alcance da primeira geração da teoria crítica no sentido de compatibilizar as teorias de Freud e Marx. Talvez, exceto Trotsky e Reich (ambos isolados), tanto conservadores quanto revolucionários concordavam que o pessimismo de Freud era incompatível com um programa de transformação revolucionária da sociedade. Enquanto o marxismo abria a história ao futuro, Freud parecia agrilhoar o indivíduo ao seu passado infantil e arcaico. As vozes que viriam a produzir dissonâncias se encontravam sob a direção de Max Horkheimer. Desde que este assumiu o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, Freud aparecia como uma das grandes colaborações que o pensamento burguês poderia trazer para o marxismo. Além do grande apoio institucional, a relação entre psicanálise e socialismo era um debate frequente. Embora Adorno já houvesse abordado a psicanálise em trabalhos anteriores, o elo comum entre o grupo psicanalítico e o grupo de Horkheimer era Eric Fromm, que, oriundo do círculo de Reich, foi o primeiro a tratar Freud pela perspectiva crítica. Sua posição, no entanto, foi a revisão de Freud com o abandono da teoria da libido e de outros componentes cruciais como os instintos de vida e de morte¹.

De modo geral, o grupo de Horkheimer acatou as contribuições de Fromm e expressava esperanças de encontrar ali um complemento psicológico para a teoria marxista. Freud forneceria, de certo modo, uma teoria da subjetividade da qual a dialética materialista carecia. Mas,

¹ Cf. Jay, 2008, pp. 144-147.

embora usasse categorias psicanalíticas em boa parte de seus trabalhos, durante a década de 1940 o confronto com a psicanálise não ocupou o centro dos interesses do *Institut*. A exceção foi um artigo de Adorno publicado nos Estados Unidos em 1946 intitulado “Ciência Social e as tendências ocultas na psicanálise”, onde já antecipa de certo modo a reabilitação do último Freud e a crítica ao revisionismo. Mas foi apenas em 1955, com a publicação de *Eros e Civilização* de Marcuse, quase dez anos depois, que a teoria de Freud foi definitivamente resgatada da desesperança para a tradição emancipatória.

Ao se debruçar sobre Freud para compreender os obstáculos psicológicos e instintivos para a transformação social, Marcuse chegou à conclusão inversa de Fromm, Horkheimer e Adorno: onde esses apenas encontraram pessimismo, Marcuse logrou extrair motivos para reafirmar a utopia e o radicalismo. Ao invés de mutilar o pensamento freudiano, retirando seus conceitos ou reprovando suas tendências destrutivas, regressivas e conservadoras, o programa de Marcuse foi proceder de modo dialético, isto é, empreender uma crítica imanente. Isto significou aceitar os conceitos e categorias últimos e mais elevados da psicanálise, retirar seu significado mais profundo e encontrar as contradições latentes dentro de seu próprio conteúdo. Desse modo foi possível partir dos mesmos conceitos e chegar a conclusões diferentes.

O presente estudo pretende discutir a recepção da psicanálise freudiana pela teoria crítica por meio da exposição de obras escolhidas de Freud e Marcuse. Para tal objetivo partimos de uma breve exposição da última versão da metapsicologia freudiana em *O Eu e o Id* (1923) e seu diagnóstico da cultura em *O Mal-Estar na Civilização* (1930). De fato, os conceitos ligados à *Thanatos* aparecem já em *Além do princípio do Prazer* (1920). No entanto, nas obras investigadas apresentam-se as consequências civilizacionais da última teoria dos instintos que mais dialogam com a obra marcusiana, justificando assim nossa escolha. Num segundo momento nos dedicamos a um comentário interpretativo da primeira parte de *Eros e Civilização* (1955) intitulada “Sob o Domínio do Princípio de Realidade”. Priorizamos a primeira parte porque é onde Marcuse reconstrói a teoria freudiana e determina a recepção das categorias centrais. Do mesmo modo, é na primeira parte onde aparecem os con-

ceitos que Marcuse introduz para superar o déficit histórico das categorias psicanalíticas, a saber, *Mais-Repressão* e *Princípio de Desempenho*. É importante salientar que não faz parte do escopo do presente trabalho um debate acerca do papel de Freud na tradição filosófica, tampouco das implicações clínicas da psicanálise^{II}, uma vez que nosso interesse se restringe à “recepção” de suas categorias no pensamento dialético. Do mesmo modo, não nos propomos a adentrar na discussão com o chamado revisionismo neofreudiano, tampouco elucidar os argumentos em prol de um diagnóstico “freudomarxista” contidos na segunda parte de *Eros e Civilização*, mas tão somente proceder uma exposição das principais categorias da metapsicologia de Freud e a recepção e transformação das mesmas categorias por parte de Marcuse.

A última metapsicologia freudiana: instinto de morte e o destino da civilização

Eu, Id e Super-Eu

A metapsicologia é a parte da teoria psicanalítica responsável por estabelecer os conceitos fundamentais, as categorias e a lógica da psicanálise. Como uma espécie de junção das palavras “metafísica” e “psicologia”, Freud utilizava este termo para designar a sua teoria fundamental sobre o aparelho psíquico e seu funcionamento, uma teorização científica, aberta, que deveria ser revista e reformulada de acordo com o progresso da pesquisa. Não à toa, a formulação de uma metapsicologia esteve presente em diversos momentos da teorização freudiana, sendo objeto de constante reformulação. Resumindo a grosso modo, pode-se afirmar que uma metapsicologia está presente desde *Projeto de Psicologia Científica para Neurólogos* de 1895, sendo reformulado em diversos outros momentos, como por exemplo, no capítulo 7 de *A interpretação*

II Justamente por isso, nos referimos estritamente à uma metapsicologia enquanto conjunto de conceitos e categorias que articulam uma teoria do aparelho psíquico que, por sua vez, fundamenta a prática clínica da psicanálise.

dos Sonhos de 1900, em *A Pulsão e seus Destinos* de 1915 e em diversos outros escritos. Mas talvez o ponto de maior virada (ou de maior interesse para a teoria crítica) na metapsicologia freudiana seja a formulação do conceito de “pulsão de morte” na obra de 1920 intitulada *Além do Princípio de Prazer* (Freud, 1998). A revisão provocada pela introdução deste novo dualismo instintivo entre *Eros* e *Thanatos* é finalmente e plenamente incorporada, como veremos, em uma versão da metapsicologia que consideramos a mais definitiva do ponto de vista do diálogo com a recepção marcusiana: *O Eu e o Id*, publicado em 1923.

A premissa básica da psicanálise é a diferenciação do aparelho psíquico em *consciente* e *inconsciente*. Essa tese vai contra a cultura filosófica dominante até então, nomeadamente, contra a filosofia da subjetividade dominante na filosofia moderna pelo menos no trajeto que vai de Descartes a Kant. Ao contrário da noção de um Eu plenamente acessível onde as ideias podem ser claras e distintas^{III}, ou em que o Eu deve acompanhar todas as representações^{IV} de um sujeito, o aparelho psíquico é marcado por ser influenciado por instâncias que não são imediatamente acessíveis de modo reflexivo, isto é, de modo consciente, mas só podem ser conhecidas pelo trabalho e método psicanalítico. Ele faz saber que no processo psíquico há uma força de *resistência* que *reprime* determinados conteúdos impedindo-os de tornarem-se conscientes para o próprio sujeito. O reprimido é o protótipo daquilo que é *inconsciente*. Freud chama de *Eu* a organização coerente dos processos psíquicos de um indivíduo. O Eu controla os processos parciais, como as sensações e os movimentos do organismo, e é a entidade que parte do sistema pré-consciente e atinge a consciência. A outra parte do aparelho psíquico é o *Id* inconsciente. O Eu é como uma casca do Id. “Um indivíduo é então, para nós, um Id psíquico, irreconhecido e inconsciente, em cuja superfície se acha um Eu, desenvolvido com base no sistema Pcp [pré-consciente], seu núcleo” (Freud, 2011, p. 30). O Eu, portanto, é reduzido a uma camada mais superficial que corresponde àquela parte consciente do sujeito, tal como reconhecido pela tradição filosófica.

III Cf. Descartes, *Discurso do Método* (1973).

IV Cf. Kant, *Crítica da Razão Pura* (1980).

Esta camada superficial esconde e encobre uma estrutura muito mais profunda, originária e inconsciente que Freud denominou *Id*.

O *Id* é a estrutura mais antiga da consciência. Sua dinâmica se dá segundo o *Princípio de Prazer*, isto é, a busca da satisfação de seus desejos imediatos, sua satisfação *erótica*. Mas a interferência do mundo externo traz a percepção de uma realidade a qual é necessário se adaptar sob pena de sofrimento. Uma parte superficial do *Id* se modifica sob influência externa para poder se desligar do princípio de prazer e operar pelo *Princípio de Realidade*, utilizando-se do entendimento e da razão e, assim, garantir, na medida do possível, se não realizar inteiramente o programa do princípio de prazer, pelo menos salvaguardar o organismo do sofrimento. Enquanto o *Id* reclama as paixões e a satisfação dos desejos, o *Eu* trabalha racionalmente para evitar o sofrimento^V. Posto, portanto, nos termos de oposições clássicas, o conflito entre o princípio de prazer que rege o *Id* e o princípio de realidade que vigora no *Eu* correspondem às oposições entre a “razão” e as “paixões”, entre a “percepção” e o “instinto”. No início, o instinto e as paixões são os únicos senhores no *Id*. Apenas a exposição ao risco do sofrimento faz com que a camada superficial do aparelho se diferencie e se altere, produzindo o *Eu* racional e objetivo.

Há, porém, uma gradação no *eu*, uma diferenciação em seu interior que pode ser chamada de *Ideal do Eu* ou *super-Eu*. Essa nova camada surge do complexo de Édipo e consiste em identificação objetual com o pai que é introjetado para dentro do aparelho psíquico como uma parte inconsciente que domina o *Eu* e exerce sobre ele repressão e coerção.

O *super-Eu* conservará o caráter do pai, e quanto mais forte foi o complexo de Édipo tanto mais rapidamente (sob influência de autoridade, ensino religioso, escola, leituras) ocorreu sua repressão, tanto mais severamente

V Nas palavras de Freud: “É fácil ver que o *Eu* é a parte do *Id* modificada pela influência direta do mundo externo, [...] como que um prosseguimento da diferenciação da superfície. [...] A percepção tem, para o *Eu*, o papel que no *Id* cabe ao instinto. O *Eu* representa o que se pode chamar de razão e circunspeção, em oposição ao *Id*, que contém as paixões” (Freud, 2011, p. 31).

o super-Eu terá domínio sobre o Eu como consciência moral, talvez como inconsciente sentimento de culpa. [...] O caráter coercitivo que se manifesta como imperativo categórico (Freud, 2011, p. 43).

O super-Eu é, portanto, a consciência moral do indivíduo que, embora adquirido por meio das instituições sociais, carrega o caráter autoritário e repressivo do pai primordial. Quanto mais cedo e forte for a repressão da libido infantil, com tanto mais força o pai castrador introjetado na forma de consciência moral tem o poder de causar o sentimento inconsciente de culpa. Do mesmo modo, a referência kantiana^{VI}, a um “imperativo categórico”, isto é, uma lei moral contida no interior da própria subjetividade (com todas as implicações daí decorrentes) é, para Freud, manifestação do caráter coercitivo do super-Eu. Na infância, admiramos e tememos os pais, depois os reproduzimos dentro de nós. Como herdeiro do complexo de Édipo, o super-Eu é também herdeiro das mais poderosas forças instintivas arcaicas, sendo responsável não apenas pela culpa inconsciente, mas também pela formação das religiões^{VII}.

O super-Eu fortalece e presentifica a infância individual e genérica. Lembra ao indivíduo a própria insuficiência, fraqueza e dependência. O super-Eu está presente não apenas internamente como consciência moral, mas também externamente nas instituições da cultura e religiosamente na imagem do Deus pai. O super-Eu domina o eu porque surge do complexo de Édipo, da longa infância humana, perpetuando um

VI Cf. Kant, *Crítica da Razão Prática*, 2017.

VII “Não é difícil mostrar que o ideal do Eu satisfaz tudo o que se espera do algo elevado no ser humano. Como formação substitutiva do anseio pelo pai, contém o gérmen a partir do qual se formaram todas as religiões. [...] No curso posterior do desenvolvimento, professores e autoridades levam adiante o papel do pai; suas injunções e proibições continuam poderosas no ideal do Eu, e agora exercem a censura moral como *consciência*. A tensão entre as expectativas da consciência e as realizações do Eu é percebida como sentimento de *culpa*” (Freud, 2011, p.46).

tempo em que a fraqueza do Eu contrastava com a potência do pai que aparecia como imponente e poderoso^{VIII}.

O aparelho psíquico, portanto, se divide nessas três instâncias (Eu, Id e super-Eu) no qual o Eu consciente se encontra tensionado entre os desejos instintivos do Id e a repressão paterna e moralista do super-Eu. Este último, no entanto, não se limita a uma instância do aparelho psíquico, mas se exterioriza e se objetifica em instituições morais que se empenham em reprimir os instintos, que, por sua vez, não se limitam aos desejos de satisfação erótica, mas incluem também os instintos agressivos.

Eros e Thanatos

Segundo a tese de *Além do princípio do prazer*, há duas espécies de instintos^{IX}. *Eros* compreende o instinto sexual desinibido e os impulsos instintivos dele derivados, isto é, impulsos sublimados e inibidos na meta, bem como os instintos de autoconservação. *Thanatos*, em oposição, é o

VIII “Embora acessível a todas as influências posteriores, [o super-Eu] conserva por toda a vida o caráter que lhe foi dado por sua origem no complexo paterno, ou seja, a capacidade de confrontar o Eu e dominá-lo. É o monumento que recorda a anterior fraqueza e dependência do Eu maduro. Assim como a criança era compelida a obedecer aos pais, o Eu submete-se ao imperativo categórico do seu super-Eu” (Freud, 2011, p. 60).

IX Existem algumas diferenças de tradução não apenas entre os textos de Freud e Marcuse, mas mesmo entre as próprias traduções de Freud. Como nosso interesse não é estritamente exegético, usaremos indiscriminadamente as traduções correntes, indicando quando necessário que diferentes palavras da língua portuguesa são utilizadas para traduzir um mesmo termo alemão. A maioria dos casos já é amplamente conhecida dos pesquisadores da obra de Freud. É o caso aqui dos termos “instinto” e “pulsão”, que são usados para traduzir o termo alemão *Trieb*. Embora muitos, como Laplanche (2001), afirmem que é necessário fazer uma distinção entre *Trieb* e *Instinkt*, grande parte das traduções optou por traduzir ambos por “instinto”, o que é o caso do próprio Marcuse, que usa indiscriminadamente o termo inglês *instinct*. O mesmo ocorre com “Eu” e “Ego”, “Id” e “Isso”, “Repressão” e “Recalque”, “Medo” e “Angústia”, “Civilização” e “Cultura”, entre outros. Não ignoramos que em determinados registros seria necessário um maior refinamento das traduções, mas nos limites dos nossos interesses - a transformação dos conceitos metapsicológicos por parte de Marcuse - tais termos serão usados sem distinção.

instinto de morte ligado aos impulsos agressivos e destrutivos internos ou externos, portador da tendência a voltar ao estado de mais baixa energia ou ao estado inorgânico, chamado de *Nirvana*. *Eros* e *Thanatos* correspondem, portanto, aos dois instintos fundamentais que tensionam o aparelho psíquico em sentidos opostos^X.

Nesse contexto, o movimento da vida é entendido enquanto luta e complementaridade desses dois instintos. O instinto de morte, no entanto, pode ser desviado de diferentes maneiras: ele pode ser vinculado a uma satisfação erótica; pode ser descarregado para fora, contra outros; ou pode se converter em uma agressividade contra o próprio eu^{XI}.

Os instintos de morte podem, portanto, se manifestar, mas apenas em parte, como instinto de destruição voltados para o mundo externo e outras formas de vida. Em outras condições, o instinto de morte também pode se manifestar, a depender da relação com outros instintos e a realidade exterior, como afirmação do princípio de prazer e, por conseguinte, em consonância com *Eros*. Os exemplos são o *sadismo* enquanto *perversão* e o *sadismo* enquanto *componente erótico*. “No componente sádico do instinto sexual teríamos o exemplo clássico de uma mescla instintual adequada a um fim; no sadismo que se tornou independente como perversão, o modelo de uma disjunção” (Freud, 2011, pp. 51-52). Por último, o instinto de morte pode se voltar contra o próprio Eu, na forma de *culpa* e *mal-estar*.

Com a aparição do instinto de morte, portanto, Freud é levado a aceitar a existência de um *dualismo* das pulsões. *Eros* e *Thanatos* equivaleriam aos sentimentos de *amor* e *ódio*. E ao constatar que amor e ódio possuem uma natureza comum e, portanto, podem se converter em seu

X Segundo Freud, em *O Eu e o Id*: “Com base em reflexões teóricas amparadas pela biologia, supusemos que há um instinto de morte, cuja tarefa é reconduzir os organismos vivos ao estado inanimado, enquanto *Eros* busca o objetivo de, agregando cada vez mais amplamente a substância viva dispersa em partículas, tornar mais complexa a vida, nisso conservando-a, naturalmente” (Freud, 2011, 50).

XI Nas palavras de Freud: “os perigosos instintos de morte são tratados de várias maneiras no indivíduo, em parte são tornados inofensivos pela mistura com componentes eróticos, em parte são desviados para fora como agressão e, em larga medida prosseguem desimpedidos o seu trabalho interior” (Freud, 2011, pp. 67-68).

oposto, esse dualismo é reconduzido à unidade, pois deve haver uma mesma fonte para os dois mais fortes instintos humanos. “Procedemos como se houvesse na psique – seja no Eu ou no Id – uma *energia deslocável*, que, em si indiferente, pode juntar-se a um impulso erótico ou destrutivo qualitativamente diferenciado e elevar o investimento total deste. Sem supor uma tal energia deslocável não avançamos” (Freud, 2011, p. 51-52). No destino desta “energia deslocável” se escondem as razões da culpa e do mal-estar.

Culpa, Melancolia e Angústia

Ao investigar a reação terapêutica negativa de pacientes nos quais não prevalece a vontade de cura, mas a necessidade da doença, Freud concluiu que o principal obstáculo para a cura era um fator de ordem moral: um sentimento de culpa que se satisfaz na doença e se apega ao sofrimento como uma forma de castigo. Em geral, a culpa em um sentido normal (consciente) decorrente de uma consciência moral não oferece dificuldades à interpretação: “baseia-se na tensão entre o Eu e o ideal do Eu, expressa uma condenação do Eu por sua instância crítica” (Freud, 2011, p. 63). Mas como a consciência moral está intimamente ligada ao complexo de Édipo, que pertence ao inconsciente, uma grande parte do sentimento de culpa tem de ser igualmente inconsciente. A conclusão do estudo sobre a melancolia revelou que um super-Eu fortalecido é sádico com o Eu porque o que predomina no super-Eu é a Pulsão de Morte:

O super-Eu extremamente forte, que arrebatou a consciência, arremete implacavelmente contra o Eu, como se tivesse se apoderado de todo o sadismo disponível na pessoa. Seguindo nossa concepção do sadismo, diríamos que o componente destrutivo instalou-se no super-Eu e voltou-se contra o Eu. O que então vigora no super-Eu é como que pura cultura do instinto de morte, e de fato este consegue frequentemente impelir o Eu à morte (Freud, 2011, pp. 66-67)

Se quando o super-Eu se torna sádico volta contra o próprio Eu todo o instinto de morte que não foi descarregado no exterior, então *Thanatos*, quando não trabalhado junto a finalidades eróticas ou descarregado contra o mundo, tende a ser introjetado de modo cruel na forma de agressividade interior, descarregando toda sua fúria contra o próprio Eu. Quanto mais recalcada for a violência contra o mundo externo, maior a repressão e violência contra o Eu. Nas palavras de Freud:

Do ponto de vista da restrição instintual, da moralidade, pode-se dizer que o Id é totalmente amoral, o Eu se empenha em ser moral, e o super-Eu pode ser hipermoral e tornar-se cruel como apenas o Id vem a ser. É notável que o homem quanto mais restringe sua agressividade ao exterior, mais severo, mais agressivo se torna em seu ideal do Eu. [...] Quanto mais um indivíduo controla sua agressividade, tanto mais aumenta a inclinação agressiva do seu ideal ante o seu Eu. É como um deslocamento, uma volta contra o próprio Eu (Freud, 2011, p. 68).

O indivíduo aparece, portanto, como um sujeito que deve reprimir seus instintos libidinais em favor de uma realidade hostil. Deve também reprimir-se abstando-se de violentar essa realidade hostil. Em troca ele recebe mais repressão de seu super-Eu. O resultado é um Eu reprimido e dominado. Seu destino é sofrer. A culpa inconsciente que carrega o deixa à mercê da melancolia e refém do medo.

Vemos esse Eu como uma pobre criatura submetida a uma tripla servidão, que sofre com as ameaças de três perigos: do mundo exterior, da libido do Id e do rigor do super-Eu. Três espécies de angústia correspondem a tais perigos, pois angústia é expressão de um recuo ante o perigo. Como entidade fronteira, o Eu quer mediar entre o mundo e o Id, tornando o Id obediente ao mundo e, com sua atividade muscular fazendo o mundo levar em conta o desejo do Id. (...) Ele procura sempre que possível, permanecer em bom acordo com o Id; reveste as ordens *ics* [inconscientes] deste com suas racionalizações *psc* [pré-conscientes]; simula

obediência do Id as advertências da realidade, mesmo quando o Id é obstinado e inflexível; disfarça os conflitos do Id com a realidade e, quando possível, também aqueles com o super-Eu. (...) O Eu é propriamente a sede da angústia (Freud, 2011, pp. 70-71).

O Eu, portanto, tenta mediar entre as exigências e advertências do mundo exterior e a libido amoral do Id, se expondo, nessa tentativa, ao sadismo do super-Eu. A cada uma dessas três instâncias representa uma forma diferente de angústia que se abatem sobre o Eu. O Eu se caracteriza justamente pela angústia. A conclusão da metapsicologia abre uma nova perspectiva para compreensão de como o mal-estar acomete não apenas o Eu, mas o próprio destino da civilização.

Felicidade, culpa e civilização

Em *O Mal estar na Civilização*, publicado em 1930 (Freud, 2010), ao investigar as causas de não haver um “sentimento” oceânico que justificasse a religiosidade humana, Freud atribui a necessidade de encontrar uma finalidade para a vida humana e embasá-la em um sentimento à permanência de um aspecto da vida psíquica infantil. Desde sua origem, o sentimento do Eu passa por diferentes transformações. Na primeira fase, o bebê ainda não separa o Eu do mundo exterior. A falta do peito materno e as sensações de dor e desprazer impelem a criança a reconhecer um *fora*. A primeira oposição que o bebê concebe é aquela entre um *eu-prazer* oposto ao *mundo* exterior causador de sofrimento. No entanto, ele logo aprende não apenas que algumas coisas que dão prazer não são Eu (especialmente o corpo materno), como também que muitos tormentos são de procedência interna. A necessidade de distinguir o que é Eu e o que é exterior trabalha no sentido da constituição do *Princípio de Realidade*. “No início o Eu abarcava tudo, depois separa de si um mundo externo. Nosso atual sentimento do Eu é, portanto, apenas o vestígio atrofiado de um sentimento muito mais abrangente (...) que correspondia a uma mais íntima ligação do Eu com o mundo em torno” (Freud, 2010, p. 19).

Com base na tese psicanalítica da conservação do psíquico, aquela configuração do aparelho infantil é conservada junto ao que foi transformado. Há uma tal cisão no desenvolvimento que parte de um impulso permanece inalterada enquanto outra parte se desenvolve. “Desde que superamos o erro de achar que nosso habitual esquecimento significa uma destruição do traço mnemônico, tendemos à suposição contrária de que na vida psíquica nada que uma vez se formou pode acabar, de que tudo é preservado de alguma maneira e pode ser trazido novamente à luz em circunstâncias adequadas” (Freud, 2010, p. 20). Do mesmo modo, portanto, as “necessidades religiosas” (ou “sentimento oceânico”) são derivadas não de um sentimento de ligação divino, mas do *desamparo infantil* e da nostalgia do *pai*. Vejamos:

O sistema de doutrinas e promessas de um lado lhe esclarece os enigmas deste mundo com invejável perfeição, e de outro lhe garante que uma solícita providência velará por sua vida e compensará numa outra existência as eventuais frustrações desta. Essa providência o homem comum só pode imaginar como um pai grandiosamente elevado. Apenas um ser assim é capaz de conhecer as necessidades da criatura humana, de ceder a seus rogos e ser apaziguado por seu arrependimento (Freud, 2010, pp. 26-27).

Difícilmente se encontraria uma finalidade para a vida humana que não tenha sido posta justamente pela religião. Quando, ao contrário, examinamos a própria conduta dos homens a fim de encontrar uma finalidade para a vida, chegamos à noção de *felicidade*. Esta, por sua vez, tem uma meta dupla, uma positiva e outra negativa: *prazer* e *ausência de dor*. A finalidade da vida é, portanto, idêntica ao programa do *princípio de prazer*. Desde o começo, o princípio de prazer domina todo o aparelho psíquico. Mas esse princípio está em desacordo com o mundo. A felicidade não se encontra disponível imediatamente e muitas vezes só é percebida por contraste. O sofrimento, ao contrário, é uma ameaça constante e múltipla, pois possui três fontes: o próprio corpo, o mundo

externo e as relações com os outros. Nessas condições, é compreensível^{XII} a adaptação do princípio de prazer em princípio de realidade.

A felicidade constitui, portanto, um problema da economia libidinal do indivíduo. A exigência de adequação ao princípio de realidade funciona como uma barreira para a satisfação do programa do princípio de prazer. A metapsicologia pode, portanto, produzir uma resposta para a questão de por que é tão difícil para os homens serem felizes. E se é verdade que a infelicidade tem suas origens naquele sentimento de culpa, então boa parte da culpa por nossa miséria e, por conseguinte, da nossa infelicidade, talvez venha da própria *civilização*. Nas palavras de Freud:

Nas últimas gerações, a humanidade fez progressos extraordinários nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, consolidando o domínio sobre a natureza de um modo antes inimaginável. (...) Mas eles [os homens] parecem haver notado que esta recém-adquirida disposição de espaço e de tempo, esta submissão das forças naturais, concretização de um anseio milenar, não elevou o grau de satisfação prazerosa que esperam da vida, não os fez se sentirem mais felizes” (FREUD, 2010, p. 45-46)

Mesmo com todo o incremento da produção propiciado pela indústria moderna, tornando possível a satisfação de necessidades em escala crescente, um mal-estar impede que essa satisfação realize os anseios de felicidade da humanidade. O diagnóstico freudiano da civilização, portanto, já antecipa uma historicização do mal-estar no sentido de comparar a repressão necessária para o próprio desenvolvimento do aparelho psíquico e da convivência civilizada com aquela condição de

XII “Não é de admirar que, sob a pressão destas possibilidades de sofrimento, os indivíduos costumem moderar suas pretensões à felicidade - assim como também o princípio do prazer se converteu no mais modesto princípio da realidade, sob a influência do mundo externo -, se alguém se dá por feliz ao escapar à desgraça e sobreviver ao tormento, se em geral a tarefa de evitar o sofrer impele para segundo plano a de conquistar o prazer” (Freud, 2010, p. 31).

crescente repressão na qual as civilizações modernas e industriais se encontram. Segundo o diagnóstico de Freud, o mal-estar é oriundo dos progressos civilizacionais e, neste sentido, não é oposto à tentativa de lançar mão da metapsicologia para um diagnóstico da sociedade contemporânea tendo em vistas a possibilidade de sua “cura”, que, como veremos, será posta em primeiro plano na interpretação de Marcuse. Mas voltemos ao texto de Freud.

A Civilização (*Kultur*) é, para Freud, a soma das realizações e instituições que separam a vida humana dos antepassados animais e que serve para dois fins: a proteção contra a natureza e a regulamentação dos vínculos entre os seres humanos. Os primeiros atos culturais foram o uso de instrumentos, o domínio sobre o fogo e a construção de moradias. Desde então, e mais do que nunca nas instituições modernas, o uso de tecnologias torna um homem espécie de *deus protético* encarnado no *trabalho*. Mas quanto mais os poderes humanos se aproximam do poder divino, menos o homem se sente feliz nesta semelhança. Isso ocorre porque, como vimos, a civilização retira energia para o trabalho da mesma fonte da libido narcísica que originalmente era canalizada para *Eros*, para a obtenção de prazer, mas que fora sublimada, dessexualizada. A necessidade civilizacional de poupança de energia para o trabalho impõe, assim, uma economia e uma reserva cada vez maiores da energia que era ou poderia ter sido dispensada ao gozo. Em outras palavras, para cada obra da cultura um *quantum* de energia libidinal teve de ser sublimada. A sublimação crescente dos instintos eróticos impõe à satisfação e ao prazer severas restrições que tornaram incompatíveis o progresso da civilização e a realização da felicidade. Nas palavras de Freud:

A sublimação do instinto é um traço bastante saliente da evolução cultural, ela torna possível que atividades psíquicas mais elevadas, científicas, artísticas, ideológicas tenham papel tão significativo na vida civilizada. Cedendo a primeira impressão, seríamos tentados a dizer que a sublimação é o destino imposto ao instinto pela civilização. (...) É impossível não ver em que medida a civilização é construída sobre a renúncia instintual, o quanto ela pressupõe justamente a não satisfação (supressão, repressão e o que mais?) de instintos

poderosos. Essa “frustração cultural” domina o largo âmbito dos vínculos sociais entre os homens (Freud, 2010, p. 60).

Se o destino dos instintos (ou das pulsões) sob a civilização é a sublimação, então a civilização se caracteriza por um sistema cada vez mais sofisticado não apenas de deslocamento de energia libidinal erótica para o trabalho, mas também de repressão do instinto de agressividade. O destino da civilização implica, portanto, em maior sublimação da sexualidade e maior introjeção do instinto de agressão.

Repressão da sexualidade e introjeção do instinto de agressão

Eros e *Ananke* são os pais da cultura humana. Enquanto *Eros* é a fonte de todas as energias, desejos e pulsões, *Ananke* (*necessidade*) o constrange a sublimar e desviar a meta de suas satisfações. A civilização é, portanto, *desejo reprimido* e, em sua forma mais imediata, *repressão sexual*. A sexualidade é reprimida no indivíduo maduro tanto pela heteronormatividade e pela monogamia, quanto pela legitimação nupcial e pela interdição como perversão de todas as satisfações extragenitais. “A vida sexual do homem civilizado está mesmo gravemente prejudicada” (Freud, 2010, p. 69).

Neste ponto, é importante ressaltar que Freud chega a levantar a hipótese de que a repressão da sexualidade não seja um aspecto inexorável do desenvolvimento da cultura humana. Hipótese esta que será, como veremos, amplamente desenvolvida por Marcuse. Vejamos:

Até aqui podemos muito bem imaginar uma comunidade cultural que consistisse de tais indivíduos duplos, que, libidinalmente saciados consigo mesmos, acham-se ligados pelo trabalho e os interesses em comum. Nesse caso, a civilização não precisaria retirar energia à sexualidade. Esse desejável estado de coisas não existe e nunca existiu, porém (Freud, 2010, p. 72).

Diferentemente de Marcuse, como veremos, Freud não está interessado nas potencialidades que ficaram latentes no curso do desenvolvimento, mas muito mais com o que de fato ocorreu. No entanto, é importante frisar que Freud trata esta possibilidade não apenas como obviamente “desejável”, mas também lamenta apenas que este desenvolvimento social menos repressivo não existe nem existiu, no presente e no passado, de modo algum afirmando que necessariamente jamais existirá no futuro. Isto não é apenas um detalhe, pois mostra que o próprio Freud, mesmo em sua perspectiva “pessimista”, não apenas é bastante cuidadoso em deixar em aberto a possibilidade de que uma outra organização social futura produza outros destinos possíveis para *Eros* e *Thanatos*, mas também que esta possibilidade de outro curso no desenvolvimento histórico das pulsões paira por todo o argumento de *O Mal Estar na Civilização*, podendo inclusive ser lido como seu tema principal. O que indica que o texto de Freud, assim como não desautoriza o desenvolvimento dado a ela por Marcuse, chega até mesmo a formular nos limites dos seus esforços teóricos, um conjunto de categorias que permitem compreender as causas do mal-estar da civilização moderna no sentido de sua cura. De todo modo, o que transparece é que sua teoria permite que a repressão da sexualidade tenha ocorrido na história humana não como um desenvolvimento completamente *necessário*, mas até certo ponto *contingente*. Mas é impossível não ceder ao fato de que a conceituação da metapsicologia aplicada a um diagnóstico da sociedade moderna lança como possibilidade a perspectiva de pensar uma outra forma de civilização que, senão capaz de extirpar a repressão, pelo menos fosse *menos repressiva*. Em outras palavras, seria, portanto, compatível com a conceituação da metapsicologia que a repressão da sexualidade houvesse operado de outro modo, menos repressivo, com menos necessidade de sublimação.

A civilização, no entanto, ainda requer outros sacrifícios além da repressão sexual. Com o enfraquecimento de *Eros*, o *instinto de morte* ameaça permanentemente a sociedade moderna de *autodestruição*:

O ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes ins-

tintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência a agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus*” (Freud, 2010, pp. 76-77).

A partir das teses acerca do Instinto de Morte já desenvolvidas em *Além do Princípio de prazer* e *O Eu e o Id*, Freud pode agora interpretar como esse instinto se manifesta na cultura. Neste ponto, é evidente sua concordância com Hobbes^{XIII} quanto à tese segundo a qual há instintos de destruição inatos ao ser humano. Mas o fato é que também *Thanatos* é reprimido no curso da civilização. Não apenas a sexualidade, mas também a tendência à agressividade é reprimida na cultura civilizada. O homem moderno é dócil, pacífico e obediente às leis. Nesse sentido a felicidade foi deixada, mais uma vez, em segundo plano e foi trocada^{XIV} por um pouco de *segurança*.

Embora a cultura seja um processo movido por *Eros* em sua tarefa de juntar os indivíduos em unidades cada vez maiores de comunidades humanas ligadas libidinalmente entre si, apenas as vantagens do trabalho não são suficientes para realizar esse programa. Isso porque a ele se opõe um outro instinto igualmente poderoso que produz hostilidade mútua entre os humanos. No conflito entre *Eros* e *Thanatos*, dois princípios opostos (uma *antinomia*, para falar na linguagem da filosofia moderna), Freud acredita residir a chave para a compreensão do desenvolvimento da civilização: “Agora, acredito, o sentido da evolução cultural já não é obscuro para nós. Ela nos apresenta a luta entre *Eros* e morte, instinto de vida e instinto de destruição, tal como se desenrola na espé-

XIII Cf. Hobbes, *O Leviatã* (1983).

XIV “Se a cultura impõe tais sacrifícios não apenas à sexualidade, mas também ao pendor agressivo do homem, compreendemos melhor porque para ele é difícil ser feliz nela. De fato, o homem primitivo estava em situação melhor, pois não conhecia restrições ao instinto. Em compensação era mínima a segurança de desfrutar essa felicidade por muito tempo. O homem civilizado trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança” (Freud, 2010, p. 82).

cie humana” (Freud, 2010, pp. 90-91). Se o destino das pulsões foi a sublimação, então o gozo foi reprimido e a violência foi introjetada: o resultado é que o mal-estar da civilização é sintoma de uma neurose que se expressa num profundo sentimento de *culpa*. Nas palavras de Freud:

A Agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. Lá é acolhida por uma parte do Eu que se contrapõe ao resto como super-Eu, e que, como “consciência” dispõe-se a exercer contra o Eu a mesma severa agressividade que o Eu gostaria de satisfazer em outros indivíduos. A tensão entre o rigoroso super-Eu e o Eu a ele submetido chamamos consciência de culpa (Freud, 2010, p. 92).

A culpa inconsciente que está por trás do mal-estar experienciado na civilização é decorrência da violência realizada pelo super-Eu empoderado que canaliza o instinto de morte reprimido, sublimado e introjetado contra o próprio eu. De fato, como vimos, essa já era a conclusão de *O Eu e o Id*, no entanto, agora a patologia não é mais a melancolia individual, mas o mal-estar cultural, o mal estar da civilização moderna. E essa culpa é imensamente profunda e estrutural tanto para a consciência individual quanto para a civilização, porque ela tem sua origem no mesmo evento que produziu tanto a sociedade quanto o próprio super-Eu. O sentimento de culpa tem suas raízes no *complexo de Édipo*, adquirido na ocasião do *assassinato do pai primordial*. Nas palavras de Freud:

Esse arrependimento era resultado da primordial ambivalência afetiva perante o pai, os filhos o odiavam, mas também o amavam. Depois que o ódio se satisfez com a agressão, veio à frente o amor, no arrependimento pelo ato, e instituiu o super-Eu por identificação com o pai, deu-lhe o poder do pai, como que por castigo pelo ato de agressão contra ele cometido, criou as restrições que deveriam impedir uma repetição do ato. E como o pendor agressivo contra o pai se repetiu nas gerações seguintes, também o sentimento de culpa persistiu e fortaleceu-se de novo com cada agressão

suprimida e transferida para o super-Eu (Freud, 2010, p. 104).

Nesta conhecida tópica freudiana, simbolizada na tragédia grega de *Édipo*, tanto a civilização quanto a consciência do Eu são marcadas por uma ruptura que é simbolizada pelo assassinato do pai. Se o pai monopolizava a satisfação para si, então a única solução capaz de descarregar *Thanatos* e satisfazer *Eros* foi o parricídio cometido pela *associação* dos irmãos. Mas a complementaridade contraditória entre *Eros* e *Thanatos* que já estava presente antes da associação permanece depois do assassinato. Os irmãos odiavam o pai, mas também o amavam. A permanência do amor após o parricídio se converte em arrependimento. Além disso, eles assumem agora, enquanto associação, o lugar do pai, pois receberam, como espólio e herança, os poderes do pai. Por mais que o poder do pai esteja agora repartido entre os irmãos na forma da *sociedade*, os indivíduos sociais se identificam com o pai na medida em que o introjetam na estrutura da consciência como super-Eu. Esta violência contra o pai originária do complexo de Édipo é agora totalmente canalizada contra o Eu na forma do sadismo característico do super-Eu.

O resultado é que a culpa é inevitável porque é expressão do próprio conflito entre amor e ódio, entre *Eros* e *Thanatos*, que fundou a sociedade. Se o sentimento de culpa já está presente na origem da socialização humana, o desenvolvimento da civilização apenas atuou no sentido de o fortalecer e intensificar. Segundo a explicação de Freud:

Creio que agora aprendemos duas coisas muito claramente: a participação do amor na gênese da consciência e a fatídica inevitabilidade do sentimento de culpa. Não é decisivo, realmente, haver matado o pai ou deixado de fazê-lo; em ambos os casos temos de nos sentir culpados, pois o sentimento de culpa é expressão do conflito de ambivalência, da eterna luta entre *Eros* e instinto de destruição ou de morte. Esse conflito é atizado quando os seres humanos defrontam a tarefa de viver juntos; enquanto essa comunidade assume apenas a forma da família, ele tem de se manifestar no complexo de Édipo, instituir a consciência, criar

o primeiro sentimento de culpa. Ao se procurar uma ampliação dessa comunidade, o mesmo conflito prossegue em formas dependentes do passado, é fortalecido e resulta numa intensificação do sentimento de culpa (Freud, 2010, p. 104)

Embora o mal-estar da civilização seja um desenvolvimento intensificado daquele mesmo sentimento de culpa originário, presente ainda nas formas mais arcaicas e familiares de socialização humana, também é correto afirmar que este é um outro desenvolvimento oriundo da ampliação das relações sociais, do progresso civilizacional. Neste sentido, para Freud, o sentimento de culpa é o problema mais importante da evolução cultural. O preço pago pela segurança e pelo progresso civilizacional foi a perda da felicidade: repressão sexual e introjeção da violência - o que só poderia resultar em acréscimo do sentimento de culpa.

A meu ver, a questão decisiva para a espécie humana é saber se, e em que medida, a sua evolução cultural poderá controlar as perturbações trazidas à vida em comum pelos instintos humanos de agressão e autodestruição. Precisamente quanto a isso a época de hoje merecerá talvez um interesse especial. Atualmente os seres humanos atingiram um tal controle das forças da natureza, que não lhe é difícil recorrerem a elas para se exterminarem até o último homem (Freud, 2010, pp. 121-122).

A conclusão de *O Mal-estar na Civilização* deixa muito claro que o desenvolvimento seguinte das sociedades modernas está em aberto. Uma possibilidade extrema é a realização do programa de *Thanatos*, hobbesianamente alarmada enquanto autodestruição da humanidade. A outra possibilidade, posta agora nestes termos como única chance de sobrevivência da espécie, é, nas palavras de Freud, “esperar que a outra das ‘potências celestiais’, o eterno *Eros*, empreenda um esforço para afirmar-se na luta contra o adversário igualmente imortal” (Freud, 2010, p. 122). Freud está consciente que este é o problema central em torno do *socialismo*. E embora reconheça que a mudança nas relações de propriedade “será de maior valia, neste ponto, que qualquer mandamento

ético” (Freud, 2010, p. 121), acaba por discordar do programa socialista e os reprovar por seu “desconhecimento^{XV} idealista da natureza humana” (Freud, 2010, p. 121). Mas sua discordância do programa socialista não quer dizer que estaria vetada a possibilidade de que a sociedade pudesse se desenvolver para uma configuração menos repressiva e, consequentemente, caminhar no sentido da cura do sentimento de culpa que caracteriza o mal-estar moderno. Para falar em linguagem freudiana, assim como a realização do programa de *Thanatos* de autodestruição da humanidade é uma possibilidade dada, também é plenamente possível e “desejável” que Eros se fortaleça em seu programa de unir a comunidade humana em vínculos de trabalho e satisfação. Para Freud não havia nenhum motivo para declarar o malogro do *programa de Eros*. O desenlace do conflito entre *Eros* e *Thanatos* é completamente imprevisível. Os resultados das últimas obras de Freud, portanto, parecem antever o destino e os interesses dos teóricos críticos pertencentes à próxima geração de intelectuais alemães, para os quais a capacidade de controle da natureza convertida em autodestruição tornou-se uma experiência incontornável. A metapsicologia de Freud, por mais pessimistas que sejam suas opiniões, coloca em questão a abertura para o futuro do programa de *Eros*: é possível que os aspectos progressistas da cultura sejam capazes de conter as forças autodestrutivas liberadas pela repressão? Seria possível compatibilizar o *programa de Eros* com o programa socialista da transformação social? Nessa direção se encaminham os esforços de Marcuse em *Eros e Civilização*.

XV Se levarmos em conta que diversos pensadores do campo “socialista” - como é o caso de Marcuse examinado neste ensaio - esforçaram-se por compatibilizar as gramáticas da dialética materialista e da psicanálise, a crítica de Freud aos socialistas se mostrou não apenas procedente, como também produtiva para as próprias teorias socialistas.

Eros e Civilização: a civilização não-repressiva

A obsolescência histórica da necessidade da repressão

Publicada em 1955, o título da obra de Marcuse já aponta para uma reinterpretação da metapsicologia freudiana em termos de uma compatibilização entre *Eros e Civilização*, entre princípio de prazer e princípio de realidade, entre felicidade e socialização. Isso, porém, só será possível na medida em que a teoria freudiana seja confrontada com uma necessária historicização de suas principais categorias mediante a inclusão de premissas oriundas da dialética materialista.

A civilização se baseia na permanente subjugação dos instintos humanos. Freud considerava esse processo inevitável e irreversível, pois tem suas bases na estrutura pulsional humana. Assim, parece haver algo de natural no fato de a cultura implicar mais no sacrifício da libido do que na produção da felicidade. Embora a tecnologia produza compensações, a marcha do progresso parece estar vinculada fundamentalmente a uma ausência de liberdade. É por isso que, quando finalmente as realizações materiais e intelectuais humanas parecem permitir a criação de um mundo livre, é exatamente nesse momento que se encontra a forma mais eficaz de subjugação e dominação. Para Marcuse, a intensificação da dominação poderia ser compreendida como um sinal de que a repressão se tornava cada vez mais obsoleta: “a repressão é, talvez, mantida com tanto mais vigor quanto mais desnecessária se torna” (2010, p. 28). Marcuse portanto tende a recusar a *naturalização* da *identificação imediata* entre *princípio de realidade* e *civilização repressiva*. Mas pretende fazer isso não contra Freud, mas a partir dele. O programa de *Eros e Civilização* almeja encontrar na própria metapsicologia freudiana as categorias que permitam a formulação do conceito de *civilização não-repressiva*. Nas palavras de Marcuse:

Mas a própria teoria de Freud fornece-nos razões para rejeitarmos a sua identificação de civilização com repressão. Com base em suas próprias realizações teóricas, o exame do problema deve ser reaberto. A relação entre liberdade e repressão, produtividade e destrui-

ção, dominação e progresso, constituirá realmente o princípio da civilização? Ou essa inter-relação resultará unicamente de uma organização histórica específica da existência humana? Em termos freudianos, o conflito entre princípio de prazer e princípio de realidade será irreconciliável num grau tal que necessite a transformação repressiva da estrutura instintiva do homem? Ou permitirá um conceito de civilização não-repressiva, baseada numa experiência fundamentalmente diferente de ser, numa relação fundamentalmente diferente entre homem e natureza, e em fundamentalmente diferentes relações de existência? (Marcuse, 2010, p. 28).

Segundo Marcuse, o conceito de “civilização não-repressiva” brotava da própria concepção teórica de Freud, a despeito de seu julgamento pessimista quanto a essa possibilidade. Neste sentido, o diagnóstico de Freud não deveria ser propriamente refutado, mas historicizado, uma vez que examinava o desenvolvimento de um tipo específico e histórico de civilização - a civilização ocidental moderna - e neste sentido, estaria correta sua análise. Mas caso uma outra forma de sociedade fundada em outra formação da consciência fosse submetida a este mesmo exame, este diagnóstico ficaria, segundo o próprio Freud como vimos, em aberto. Se fossem alteradas as relações dos indivíduos entre si e com a natureza, o diagnóstico da civilização bem que poderia ser outro. Para falar em linguagem marxista, o diagnóstico pessimista da irrevogabilidade do conflito entre princípio de prazer e princípio de realidade só seria válido quando aplicado a sociedades capitalistas avançadas ou dependentes. No entanto, o mesmo diagnóstico deve ser considerado como falso quando aplicado em geral a toda e qualquer sociedade em todo e qualquer tempo histórico, e igualmente falso quando referindo-se a sociedades socialistas, entendidas como antagônicas ao modelo capitalista moderno.

Deste modo, Marcuse encontra dentro da própria metapsicologia de Freud uma brecha para conceituar as condições de uma experiência fundamentalmente diferente, sob as quais poderia haver uma reconciliação entre princípio de prazer e princípio de realidade, sob o signo

de uma sociedade não-repressiva. Além disso, uma vez confrontado o problema pela perspectiva materialista, fica evidente que as próprias realizações da sociedade repressiva tendem a criar as condições da suspensão da necessidade da repressão. Quanto mais *Eros* e *Thanatos* eram sublimados e acumulados na forma de trabalho objetivado e progressos culturais e tecnológicos, maiores se tornavam as condições para reduzir ao mínimo possível o trabalho necessário e, com isso, minimizar consideravelmente a necessidade da repressão. Para pôr à prova esta tese, era necessário não rejeitar os conceitos de Freud – como então faziam as assim chamadas escolas revisionistas neofreudianas, marcadas pelo retrocesso com relação aos avanços de Freud – mas partir deles, fazer crítica imanente da metapsicologia freudiana e reinterpretar a dança dos conceitos psicanalíticos.

Marcuse parte de uma reconstrução dos diferentes estágios da metapsicologia freudiana e constata que em todas as suas modificações a *sexualidade* conservou sempre um lugar predominante na estrutura instintiva. Mas o interesse fundamental de Marcuse é na “última versão da metapsicologia exposta principalmente a partir de *Além do Princípio de Prazer*, na qual aparece a ‘formulação final da teoria dos instintos’”, e a “reinterpretação final da sexualidade nos termos da oposição entre instinto de vida (*Eros*)”, e seu correlato (*Thanatos*), que “se expressa na medida em que a autopreservação é realizada através da agressão socialmente útil, como atividade dos instintos de destruição” (2010, p. 43). Neste sentido, o conceito de instinto de morte deve ser historicizado e compreendido como resultado do próprio processo de repressão:

O instinto de morte é destrutividade não pelo mero interesse destrutivo, mas pelo alívio de tensão. A descida para a morte é uma fuga inconsciente da dor e das carências vitais. É uma expressão da eterna luta contra o sofrimento e a repressão. E o próprio instinto de morte parece ser afetado pelas mudanças históricas que influem nessa luta. Uma explicação mais ampla do caráter histórico dos instintos requer que os coloquemos no novo conceito da pessoa que corresponde a última versão da teoria dos instintos de Freud (Marcuse, 2010, p. 47).

Marcuse concorda com Freud que a história do ser humano é a história da sua repressão tanto social quanto biológica, atingindo até mesmo a estrutura instintiva e as instituições sociais. A civilização começa quando a meta primária de satisfação integral das necessidades é abandonada. Com isso os instintos animais se transformam plasticamente em instintos humanos. Os instintos são, portanto, mutáveis, passíveis de alterações e o principal fator que os altera e determina é o mundo social e histórico.

Quando o princípio de prazer irrestrito entra em conflito com o meio natural e social, o indivíduo é levado a aceitar a verdade traumática de que a gratificação plena e indolor é impossível. Essa mudança da satisfação integral para a adequação a um mundo de sofrimento marca, como vimos, a passagem do princípio de prazer para o princípio de realidade. O princípio de realidade transforma o Id desejante em um Eu organizado e desenvolve no ser humano a racionalidade. Esta última permite que a descarga motora possa ser canalizada para a alteração da realidade por meio do trabalho. Portanto, a luta primordial pela existência, a necessidade (*Ananké*), impõe uma modificação econômica que desvia as energias das atividades sexuais para o trabalho.

Por meio da energia sublimada na forma de trabalho, o homem cria a civilização e, com isso, o princípio de realidade materializa-se e objetiva-se em um sistema de instituições. O princípio de prazer, por sua vez, não é abolido da civilização, ele continua existindo no inconsciente e afeta diretamente a realidade. A dinâmica da sociedade implica que o princípio de realidade tem de ser introjetado no próprio aparelho mental dos indivíduos, produzindo auto-repressão dos instintos. Freud consideraria eterna essa condição e, portanto, o princípio de prazer e o princípio de realidade seriam irremediavelmente antagônicos. No entanto, seu modo de abordar a cultura, a saber, não de um ponto de vista romântico ou utópico, mas com base na miséria e no sofrimento, no trabalho e na repressão, acaba por colocar em questão a própria necessidade da vinculação entre civilização e barbárie, entre progresso e sofrimento, entre liberdade e infelicidade. Nesse sentido, a metapsicologia permite, até certo ponto à revelia de Freud, colocar a questão da possibilidade de *um estado no qual a liberdade e a necessidade coincidam*.

E na medida em que a plena satisfação de necessidades é felicidade, a liberdade na civilização é essencialmente antagônica da felicidade, pois envolve a modificação repressiva (*sublimação*) da felicidade. Inversamente o inconsciente, a mais profunda e mais antiga camada da personalidade mental, é o impulso para a gratificação integral, que é a ausência de necessidade ou carências vitais de repressão. Como tal é identidade imediata de necessidade e liberdade. (...) A sua verdade, embora repelida pela consciência, continua assediando a mente; preserva a memória de estágios passados do desenvolvimento individual nos quais a gratificação imediata era obtida. E o passado continua a reclamar o futuro: gera o desejo de que o paraíso seja recriado na base das realizações da civilização (Marcuse, 2010, p. 38).

Lido de modo filosófico, Freud talvez seja um dos que melhor expressem o dilaceramento que é típico da modernidade. A própria noção de liberdade – que pode ser considerada o maior emblema dos tempos modernos – se mostrou contrária à felicidade. Mas se, por um lado, as instituições que garantem a liberdade foram erigidas sob o sacrifício da felicidade possível, por outro lado, a psicanálise revela que em seus estágios originários, tanto a espécie humana quanto cada indivíduo já vivenciaram a satisfação plena. A conjunção não conflituosa entre liberdade e felicidade, essa prazerosa memória inconsciente, refuta o preconceito contido em Freud de que a repressão seja natural, desmascarando, assim, a pretensa originalidade e a-historicidade do princípio de realidade e refutando a justificação naturalista do mal-estar na civilização. A verdade do Id inconsciente, amoral e hedonista recoloca a “desejável” possibilidade de que a liberdade possa aniquilar o sofrimento a partir daquilo que o próprio sofrimento e a privação produziram. Se a racionalidade produziu por meio do trabalho instituições capazes de produzir felicidade para todos, esta possibilidade não pode mais ser extirpada. O Id é, portanto, a identidade entre a liberdade possível e a necessidade de uma memória originária que teima em voltar. É a verdade necessária da possibilidade da felicidade na civilização.

Esta hipótese, embora diversa das conclusões de Freud, deriva, segundo Marcuse, do próprio método psicanalítico. Pois o conceito de verdade da psicanálise reside no método que dá significado à memória. Para a psicanálise, a memória é o lugar privilegiado de conhecimento e, portanto, possui uma função terapêutica também para as neuroses sociais. Na memória, mais especificamente nas lembranças de satisfação plena, é onde deve ser procurada também a cura para o mal-estar da civilização. Segundo Marcuse:

O seu valor de verdade reside na função específica da memória, que é conservar as promessas e potencialidades que são traídas e até proscritas pelo indivíduo maduro, civilizado, mas que outrora foram satisfeitas em seu passado remoto, e nunca inteiramente esquecidas. O princípio de realidade restringe a função cognitiva da memória - sua vinculação à passada experiência de felicidade que instiga o desejo de sua recriação consciente. A libertação psicanalítica da memória fez explodir a racionalidade do indivíduo reprimido. À medida que a cognição cede lugar à reconhecimento, as imagens e impulsos proibidos da infância começam a contar a verdade que a razão nega. A regressão assume uma função progressiva. O passado redescoberto produz e apresenta padrões críticos que são tabus para o presente (Marcuse, 2010, p. 39).

Marcuse acredita, portanto, que apesar do conservadorismo de Freud, sua teoria da estrutura psíquica tem em sua essência um princípio crítico. Na medida em que o passado redescoberto é a verdade que liberta tanto o indivíduo reprimido quanto a civilização culpada, ele serve como padrão de comparação, como modelo de crítica que acaba por “explodir”, revelando a irracionalidade da racionalidade que justifica o princípio de realidade naturalizado na forma de uma civilização repressiva.

Já que a repressão não é necessária, ou pelos menos tende a tornar-se obsoleta, e que o princípio de realidade não é natural, mas se transforma com as condições históricas, então trata-se agora de historicizar o

princípio de realidade e ampliar a metapsicologia num sentido propriamente crítico, acrescentando novos conceitos à teoria freudiana.

A historicização do princípio de realidade: mais repressão e princípio de desempenho

Toda e qualquer organização econômica e social está condicionada pela *Ananke*, isto é, necessita de trabalho para satisfazer as necessidades dos indivíduos e, portanto, se sujeita ao princípio de realidade. No entanto, este mesmo princípio de realidade é também histórico, não apenas varia no tempo e no espaço, como é constantemente transformado pelo conjunto das ações humanas. Desse modo, a incompatibilidade entre o princípio de prazer e o princípio de realidade não é absoluto, mas transitório. É necessário, portanto, *historicizar* o princípio de realidade.

Para *extrapolar* a metapsicologia freudiana, Marcuse propõe uma duplicação de dois de seus principais conceitos. Os novos conceitos têm a função de promover uma diferenciação entre as determinações propriamente biológicas e as vicissitudes histórico-sociais dos instintos. São eles: “*Mais-Repressão*: as restrições requeridas pela dominação social. Distingue-se da *repressão* (básica): as ‘modificações’ dos instintos necessários à perpetuação da raça humana em civilização”; e “*Princípio de Desempenho*: a forma histórica predominante do *Princípio de Realidade*” (Marcuse, 2010, p. 51).

Os conceitos de “*Mais-Repressão*” e “*Princípio de Desempenho*” pretendem dar conta de tematizar a especificidade da forma histórica do princípio de realidade que se tornou predominante nas sociedades modernas. Para isso, parte do fato de que na história humana foram diversas as formas do princípio de realidade, para chegar à conclusão de que o modo de vida e o sistema de instituições capitalistas modernas produziram, portanto, uma configuração muito específica e *sui generis* do princípio de realidade, o “princípio de desempenho”, e, juntamente com ele, um sistema altamente repressor, igualmente singular, a ele apropriado e indispensável. Ora, em uma sociedade sem classes, com propriedade coletiva, economia planificada e orientada para a satisfação

das necessidades dos indivíduos é evidente que o princípio de realidade seria outro, absolutamente menos repressivo. Segundo as palavras de Marcuse:

Os vários modos de dominação (do homem e da natureza) resultam em várias formas históricas do princípio de realidade. Por exemplo, uma sociedade em que todos os membros trabalham normalmente pela vida requer modos de repressão diferentes dos de uma sociedade em que o trabalho é o terreno exclusivo de um determinado grupo. Do mesmo modo, a repressão será diferente em escopo e grau, segundo a produção social seja orientada no sentido do consumo individual ou no do lucro; segundo prevaleça uma economia de mercado ou uma economia planejada; segundo vigore a propriedade privada ou a coletiva. Essas diferenças afetam o próprio conteúdo do princípio de realidade, pois toda e qualquer forma do princípio de realidade deve estar consubstanciada num sistema de instituições e relações sociais de leis e valores que transmitem e impõem a requerida modificação dos instintos (Marcuse, 2010, p. 52).

Se o princípio de realidade não está escondido na mente dos indivíduos, mas se cristalizou em instituições, costumes e práticas que impõem, por sua vez, a restrição e repressão dos instintos, então é possível, a partir de Freud, traçar a especificidade de um processo histórico de repressão que produziu uma sociedade de mercado, orientada pelo lucro e dividida em classes. O fato é que, em uma sociedade na qual uma classe composta por poucos indivíduos explora o trabalho de outra classe composta pela grande maioria a fim de produzir excedente é necessário um grau muito maior de repressão da libido do que aquele imposto pela natureza. Marcuse pretende, portanto, aguçar a percepção histórica da teoria psicanalítica justamente para os controles repressivos *adicionais* produzidos pela sociedade capitalista. As especificidades da dominação capitalista e suas instituições introduzem controles repressivos adicionais e muito superiores àqueles meramente necessários à reprodução das civilizações humanas em geral. “Esses controles adicionais, gerados

pelas instituições específicas de dominação, receberam de nós o nome de *mais-repressão*” (Marcuse, 2010, pp. 52-53).

O conceito de *Mais-repressão* opera no sentido de uma síntese entre as categorias dos sistemas de Freud e de Marx. Salta aos olhos sua semelhança com o conceito de *Mais-valia*, tal como desenvolvido por Marx em *O Capital*. De fato, a *Mais-valia*, além de ser trabalho não pago que é capitalizado sobre a forma de lucro, também é trabalho *excedente*,^{XVI} *mais-trabalho* que cada trabalhador precisou executar para receber como salário apenas o mínimo necessário para sua reprodução como trabalhador. Em outras palavras, para sobreviver, cada trabalhador só precisaria executar o *trabalho necessário*, isto é, aquela parte que ele recebe novamente como salário. Mas a economia capitalista funciona orientada pelo lucro. A parcela do valor que aparece capitalizada como lucro é, do ponto de vista do trabalhador, trabalho excedente, trabalho não pago, isto é, aquele que trabalhou a mais para o capital. A *necessidade de trabalho excedente* corresponde, nos conceitos da psicanálise, à necessidade de sublimação excedente, mais e mais repressão, sublimando cada vez mais energia libidinal para o trabalho que se converterá em capital. É, ao mesmo tempo, *mais-valia* e *mais-repressão*. Posto nestes termos, é uma especificidade da sociedade moderna baseada no capital exigir de seus membros *mais-repressão* e produzir instituições cada vez mais repressivas. Nestas condições, o mal-estar não seria, portanto, o destino das pulsões, mas uma patologia típica do capitalismo.

Freud, como vimos, não deixou de salientar a possibilidade de que mesmo os instintos de agressividade, caso reorientados e canalizados sob condições adequadas, trabalhassem aliados ao princípio de prazer, resultando em um aumento da gratificação. No entanto, sob esta forma histórica de economia e com esta forma histórica de princípio de realidade, os instintos humanos sublimados são alienados e trabalham contra a gratificação. O princípio de desempenho intensificado com *mais-repressão* se apresenta como uma alienação das energias instintivas da humanidade a tal ponto que esta se torna sádica. Na civilização moder-

XVI Cf. Marx, *O Capital*, (1988).

na capitalista, na qual vigora a *Mais-Repressão*, o princípio de realidade se converteu em *princípio de desempenho*.

Ao tentarmos elucidar a extensão e os limites do teor de repressão prevalente na civilização contemporânea, teremos de descrevê-la de acordo com o princípio de realidade específico que governou as origens e a evolução dessa civilização. Designamo-lo por *princípio de desempenho* a fim de darmos destaque ao fato de que, sob o seu domínio, a sociedade é estratificada de acordo com os desempenhos econômicos concorrentes de seus membros (Marcuse, 2010, p. 58).

As premissas segundo as quais a sociedade moderna, além de dividida em classes sociais, é individualista, bem como que seus membros se defrontam de forma concorrencial, foram expressas filosoficamente por Hegel na “Sociedade Civil-Burguesa”^{XVII} e na crítica que Marx fez à Economia Política em *O Capital*. A própria Economia Política pode ser entendida, segundo a crítica de Marx, como uma teoria tipicamente moderna do agir econômico de indivíduos postos em concorrência.

Para Marcuse, no entanto, essas premissas fundamentais para a caracterização histórica do princípio de realidade não estavam devidamente contempladas nas categorias originais da psicanálise. Neste sentido, o conceito de *Princípio de Desempenho* permite superar essa carência, aguçando a sensibilidade da psicanálise e tornando-a crítica e, por conseguinte, capaz de dar conta das patologias sociais típicas da modernidade capitalista. Marcuse alia, portanto, as categorias da psicanálise e da dialética marxista. Neste contexto, o princípio de desempenho rege a sociedade capitalista na qual os indivíduos estão em *alienação*, tal como formulado por Marx em seus manuscritos de 1844^{XVIII}. O “princípio de desempenho” corresponde, portanto, ao “trabalho alienado”, entendido como a negação do princípio de prazer.

XVII Cf. Hegel, *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito* (2022).

XVIII Cf. Marx, *Manuscritos Econômico-filosóficos* (2004).

Enquanto trabalham, não satisfazem suas próprias necessidades e faculdades, mas trabalham em *alienação*. O trabalho tornou-se agora *geral*, assim como as restrições impostas à libido: o tempo de trabalho, que ocupa a maior parte do tempo de vida de um indivíduo, é um tempo penoso, visto que o trabalho alienado significa ausência de gratificação, negação do princípio de prazer (Marcuse, 2010, p. 58).

Com a vinculação do trabalho abstrato à restrição da gratificação e o conseqüente aumento da repressão, Marcuse pode interpretar a metapsicologia e o diagnóstico da civilização de Freud em consonância com a teoria da alienação e a crítica da economia política de Marx. Assim, a partir da extrapolação da metapsicologia freudiana por meio dos conceitos de mais-repressão e princípio de desempenho é possível uma reinterpretação do destino da civilização e de seu sentimento de culpa em termos de uma *dialética*.

A Dialética da Civilização: Repressão e Revolução

Freud atribui ao sentimento de culpa um papel decisivo no desenvolvimento da civilização. O sentimento de culpa tem sua origem no complexo de Édipo e foi contraído quando o pai foi assassinado pelo conluio dos irmãos. Ao satisfazerem seu instinto de agressão, sobrou-lhes o remorso causado pelo amor que sentiam pelo pai. A culpa se perpetua mesmo que nas gerações seguintes os filhos se abstenham do ato, pois a agressão inibida é introjetada. A culpa reside tanto no assassinato do pai primordial quanto na violência não aplicada contra o pai atual, o que acaba intensificando a culpa e descarregando a agressão contra o próprio Eu. A cultura, por outro lado, exige sublimação contínua, o que acaba por enfraquecer *Eros*, fortalecendo e libertando *Thanatos*. Os instintos de morte – que poderiam se realizar aliados ao prazer – ganham autonomia e prevalência sobre os instintos eróticos.

O trabalho se utiliza de componentes agressivos e destrutivos que não são sublimados, mas satisfeitos. Por isso, a destrutividade é menos sublimada do que a libido. A satisfação autônoma dos instintos de morte,

por outro lado, não permite que sua energia seja canalizada a serviço de *Eros*. O trabalho alienado é, portanto, satisfação de *Thanatos* e privação de *Eros*, é violência aplicada contra a natureza e gozo adiado. Quanto maior a necessidade e o grau de racionalização do trabalho, da técnica produtiva e da sociedade do trabalho, maior a necessidade de repressão e de sofrimento.

Por conseguinte, a necessidade de repressão, e do sofrimento dela derivado, varia com a maturidade da civilização e com a extensão do domínio racional obtido sobre a natureza e a sociedade. Objetivamente, a necessidade de inibição e repressão instintivas depende da necessidade de labuta e satisfação retardada (Marcuse, 2010, p. 91).

O padrão de medida da necessidade de repressão é, portanto, o nível do domínio técnico sobre a natureza e sobre o homem, o grau de racionalização instrumental da produção e da vida. Posto nestes termos, a reinterpretação marcusiana de Freud pode ser compreendida a partir do emblema da *Dialética do Esclarecimento*^{XIX}. Embora tenham sido Horkheimer e Adorno, em uma publicação de 1947, que formularam o diagnóstico de época da modernidade nesses termos, podemos afirmar que a contradição entre racionalização e liberdade está presente no coração de toda a filosofia moderna. Passando pelas “antinomias” kantianas, a “dialética” hegeliana, as “forças produtivas” de Marx ou as “antinomias do pensamento burguês” de Lukács, é possível afirmar que grande parte dos esforços dialéticos da filosofia moderna buscaram formular uma filosofia capaz de conceituar a contradição dialética existente entre o desenvolvimento da racionalidade científica e industrial moderna e a crescente alienação, miséria, reificação e perda de autonomia dos sujeitos. A “interpretação filosófica do pensamento de Freud” – subtítulo de *Eros e Civilização* – representa justamente o esforço de inscrever Freud também nesta tradição. A arriscada manobra de resgatar a psicanálise do conformismo pessimista para a tradição crítica revolucionária se enquadra naquilo que Horkheimer determinou como

XIX Cf. Horkheimer & Adorno, *Dialética do Esclarecimento* (1985).

a relação entre *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*^{XX}. Trata-se, pois, de se apropriar dos conceitos de uma teoria tradicional – no caso a psicanálise – e, por meio de uma historicização de seus conceitos, reconduzir a teoria para uma filosofia dialética mais abrangente, capaz de contrastar a realidade dada e positiva considerada pela teoria com as potencialidades emancipatórias de transformação que nela estão inscritas. Os conceitos de *mais-repressão* e *princípio de desempenho* foram formulados, como vimos, seguindo essa orientação. O resultado é um novo diagnóstico da época moderna, da necessidade de uma transformação social, bem como uma consciência dos empecilhos que atravancam essa transformação. Doravante, Marcuse pode, por meio da apropriação e extrapolação dialético da psicanálise, reinterpretar o sentido da revolução social e os empecilhos para sua realização.

Uma vez que a civilização atinja um avançado grau de desenvolvimento, a repressão deixa de ser associada a um indivíduo repressor, o pai, e passa a se identificar com a própria racionalidade instrumental que preside e ordena todo o sistema produtivo. O progresso da civilização moderna baseada no trabalho resultou em progresso da dominação, que se tornou cada vez mais impessoal,^{XXI} objetiva, universal e também racional, eficaz e produtiva.

A burocracia estatal e a sociedade civil tomam o lugar e a autoridade que originalmente pertenciam ao pai. As leis, os costumes, os valores e as instituições cumprem agora, e de modo introjetado, o papel de reprimir as pulsões, de transformar a satisfação em tabu. A organização dos indivíduos produz e reproduz a própria repressão sem a necessidade de um pai autoritário, de modo tão impessoal que não há mais um pai

XX Cf. Horkheimer, *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* (1937). Para um estudo pormenorizado de como *Eros e Civilização* representa um projeto de teoria crítica a partir de uma teoria tradicional (a psicanálise), Cf. Carnáuba, *Marcuse e a Psicanálise: a Teoria Crítica sob a Análise da Teoria da Repressão* (2012).

XXI “A sociedade emerge como um sistema duradouro e em expansão de desempenhos úteis; a hierarquia de funções e relações adquire a forma de razão objetiva: a lei e a ordem identificam-se com a própria vida da sociedade, no mesmo processo também a repressão é despersonalizada: a restrição e arregimentação do prazer passam agora a ser uma função (e resultado “natural”) da divisão do trabalho” (Marcuse, 2010, p. 91).

para matar em caso de rebelião. O resultado é a intensificação da culpa. Nas palavras de Marcuse:

A incorporação econômica e política dos indivíduos no sistema hierárquico do trabalho é acompanhada de um processo instintivo em que os objetos humanos de dominação reproduzem sua própria opressão. E a crescente racionalização do poder parece refletir-se na crescente racionalização da repressão. (...) Por conseguinte, a culpa de rebelião é grandemente intensificada. A revolta contra o pai primordial eliminou uma pessoa individual que podia ser (e foi) substituída por outras pessoas; mas quando o domínio do pai se expandiu, tornando-se o domínio da sociedade, tal substituição não parece ser possível, e a culpa torna-se fatal (Marcuse, 2010, p. 93).

O assassinato do pai, tema central do complexo de Édipo, é compreendido agora como forma originária da transformação social, da revolução. No lugar do pai, surge a própria civilização com sua organização racional do trabalho e da vida. A dialética se expressa na contradição entre a liberdade garantida pela própria civilização e a falta de liberdade contida na *mais-repressão* e no sentimento de culpa que se abate sobre os indivíduos. No entanto, o sentimento de culpa adquire uma nova significação na medida em que não é mais concebido, como em Freud, apenas como o instinto de morte introjetado contra o próprio indivíduo, mas antes, como o sentimento inconsciente advindo da rebelião que transformou violentamente as relações humanas em favor do princípio de prazer. Em outras palavras, do mesmo modo que os irmãos sentiram remorso e culpa após cometer o parricídio, dado o sentimento ambivalente de amor e ódio que sentiam pelo pai, no diagnóstico moderno, onde o pai foi sublimado na forma da própria civilização repressiva, o sentimento de culpa se expressa como proibição de se rebelar contra a sociedade repressiva que, contraditoriamente, ao mesmo tempo que garante a liberdade civil, reprime muito além do necessário as pulsões humanas. A culpa, sintoma peculiar do mal-estar moderno, aparece como sentimento que inibe a realização da revolução, pois não se trata mais de apenas matar um indivíduo dominador e repressivo,

mas da destruição de todo um ordenamento social, econômico, político e cultural. A sociedade capitalista moderna é um pai muito mais repressivo e poderoso:

O pai, limitado na família e na sua autoridade biológica individual, ressurgue, muito mais poderoso, na administração que preserva a vida da sociedade e nas leis que salvaguardam a administração. Essas encarnações finais e mais sublimes do pai não podem ser superadas “simbolicamente”, pela emancipação: não há libertação possível em face da administração e de suas leis, pois se apresentam como fiadoras supremas da liberdade. A revolta contra elas seria uma repetição do crime supremo - desta vez, não contra o animal déspota que proíbe a gratificação, mas contra a ordem sabia que garante os bens e serviços para a progressiva satisfação das necessidades humanas (Marcuse, 2010, p. 93).

Quando as liberdades e gratificações são satisfeitas mediante a dominação, então a própria liberdade pode se converter em instrumento de repressão. A dialética da civilização pode, portanto, ser expressa nos seguintes termos: quanto mais as condições de possibilidades de realização da liberdade individual são dadas, maior a necessidade de impor restrições para resguardar a ordem de dominação. Quanto mais a repressão se torna obsoleta, mais ela se torna necessária. Por outro lado, a civilização se protege contra a ameaça da liberdade e da felicidade que poderia ser efetivada por meio do parricídio na forma da revolução. Se a civilização funciona como um super-Eu automático e a estrutura contraditória da sociedade quanto à satisfação e repressão dos indivíduos implica em uma culpa que paralisa as potencialidades da revolução social, então as esperanças de uma reviravolta por parte de *Eros* devem ser depositadas não nos instintos, mas na *consciência*. Marcuse afirma que:

A automatização do superego indica quais são os mecanismos de defesa por meio dos quais a sociedade enfrenta a ameaça. A defesa consiste principalmente num fortalecimento dos controles não tanto sobre os instintos, mas sobre a consciência, a qual, se se permitir que fique livre, poderá reconhecer o trabalho da repressão

mesmo nas maiores e melhores satisfações de necessidades (Marcuse, 2010, p. 95).

O super-Eu automático, forma mais sublimada do pai, enquanto uma civilização moderna e capitalista altamente racionalizada, se mostra como a própria encarnação de *Thanatos*. Em sua luta contra *Eros*, a batalha final é travada no terreno da própria consciência. A psicanálise já buscava, por meio da *análise*, da escuta, um meio de trazer à consciência os determinantes inconscientes de seu sofrimento. Na interpretação de Marcuse, portanto, apenas a libertação da consciência é capaz de intervir em favor de *Eros*. É justamente neste sentido que Marcuse busca, na segunda parte do livro, pensar as diversas dimensões da vida liberta “para além do princípio de realidade”. Ao reconhecer e compreender a obsolescência da repressão, a consciência liberta pode ser capaz de, mediante a negação de formas repressivas de liberdade, estabelecer novos princípios de realidade menos repressivos.

Conclusão

Neste estudo buscamos compreender *Eros e Civilização* como um esforço de recepcionar e reinterpretar a metapsicologia freudiana tornando-a compatível com a Crítica da Economia Política e com uma teoria da emancipação no sentido do jovem Marx. Freud fornece uma teoria da satisfação e da formação da consciência de que carecia o marxismo. Marx fornece à psicanálise as premissas capazes de historicizar suas principais categorias. Marcuse é o responsável por compatibilizar o vocabulário de Freud e de Marx, integrando-os e, com isso, ampliando sua capacidade de compreender os aspectos repressivos do capitalismo e atualizando o sentido da revolução. Marcuse parte do ponto de vista de Freud, aceita na totalidade a metapsicologia tal como reconstruído em suas últimas obras. Aceita os termos, mas tira conclusões diferentes, num sentido revolucionário, radical e anticonformista.

Embora o princípio de realidade freudiano tenha predominado na maioria das civilizações até os dias de hoje, ele pode ser substituído por outro. O princípio de realidade em sua última forma, o princípio de desempenho, estabelece uma economia que exige a necessidade crescente de repressão e sublimação, uma vez que o trabalho produtivo aparece como fim em si mesmo. E isso ocorre justamente no momento histórico em que a necessidade desta sublimação na forma da repressão já se torna obsoleta. Para Marcuse, o princípio de realidade pode ser alterado por uma modificação da organização do trabalho e uma redistribuição das carências. É o fato de haver classes sociais e exploração do trabalho que aumenta a necessidade de repressão e sustenta o princípio de desempenho como princípio de realidade. A abolição da sociedade de classes implica a abolição do princípio de desempenho e da necessidade de mais repressão. Sob um novo princípio de realidade, *Thanatos* poderia trabalhar em favor de *Eros*, aliados em economizar trabalho em favor do gozo.

REFEFRÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- ASSOUN, Paul-Laurent. *A Escola de Frankfurt*. Trad. de Helena Cardoso. São Paulo, Ática, 1991.
- CARNAÚBA, Maria Érbia Cassia. *A Teoria Crítica sob a Análise da Teoria da Repressão*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Unicamp, 2017.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Coleção “Os Pensadores”. Trad. de J. Guinsburg e Bento Prado Junior. São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- FREUD, Sigmund. *O Eu e o Id*. [1923-1925]. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização*. [1930-1936]. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. *Além do Princípio de Prazer*. Rio de Janeiro, Imago, 1998.
- HEGEL, Georg Friedrich Wilhelm. *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito Natural*. Trad. De Marcos Lutz Müller. Editora 34, São Paulo, 2022.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Coleção “Os Pensadores”. Trad. De José Paulo Monteiro e Maria Beatriz N. Da Silva. São Paulo, Abril Cultura, 1983.
- HORKHEIMER, Marx. *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- JAY, Martin. *A Imaginação Dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Coleção “Os Pensadores”. Trad. De Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. trad. de Monique Hulshof. Petrópolis, Vozes, 2017.

LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário da Psicanálise*. Trad. de Pedro Tamem. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. (Os Economistas) Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad. de Jesus Raniéri. São Paulo. Boitempo Editorial, 2004.

ROUANET, S. P. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986.

Recebido em 07 de agosto de 2024

Aprovado em 01 de dezembro de 2024

Publicado em 13 de dezembro de 2024